



O Prefeito moderno vs. o Promotor crítico:

Criciúma entre o poder de construir o futuro e o dever de preservar o passado

Corriam os últimos anos da década de 1950 – ou os primeiros de 1960 – e o prefeito de Criciúma, Addo Caldas Faraco, se dirigia ao vizinho município de Urussanga a fim de encontrar correligionários e aliados políticos da região carbonífera. Como o seu próprio sobrenome indica, Addo também possuía ascendência italiana, porém com uma origem um tanto diferente daquela dos descendentes dos colonizadores que haviam fundado a maioria das cidades localizadas na planície costeira do sul de Santa Catarina, como era o caso de Criciúma e Urussanga.

Seu avô havia sido um padre que viera da Itália para o Brasil em 1861, e que depois de três anos residindo no Estado da Bahia, aceitara o convite para parouquiar na Freguesia de São Joaquim de Garopaba, no litoral sul catarinense. Nesta vila permaneceu até a morte, tendo desempenhado intensa atividade política e religiosa, além de constituir família através de união não oficializada. O mais velho de seus oito filhos era radiotelegrafista e exerceu o ofício em várias cidades do país. Foi no ano de 1905, quando trabalhava em Petrópolis, no Rio de Janeiro, que nasceu o seu terceiro filho, Addo Caldas Faraco. Este seguiu a profissão do pai e ainda jovem ingressou na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que em 1934 lhe incumbira de chefiar a agência de Criciúma, marcando o retorno da família para o sul de Santa Catarina.

Em 1944, apenas dez anos após ter chegado à cidade, Addo se aposentou como funcionário público, mas pouco tempo depois já assumiu a direção do Serviço Social da Indústria (SESI), o que lhe proporcionou uma intensa atuação junto a grande quantidade de famílias mineiras que residiam na região. No ano seguinte ingressou oficialmente na política ao participar da fundação do Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD), pelo qual foi nomeado Prefeito logo em seguida. Elegeu-se também para o mandato 1947-1951, e, como candidato da *Aliança Social Trabalhista*, coligação formada pelo PSD e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), venceu mais uma vez o pleito para 1956-1961.¹

Triches e Zanelatto destacam o caráter étnico que marcou o processo de emancipação político-administrativa de Criciúma em 1926, envolvendo disputas entre

¹ TRICHES; ZANELATTO, 2015, p. 42-43.



“as elites luso-brasileiras que dominavam politicamente todo o Vale do Araranguá, e um grupo local de comerciantes formado por algumas famílias de imigrantes italianos e alemães”. Estes autores apontam ainda “o domínio político dos descendentes de imigrantes na era Vargas” e a constituição de “uma elite de empresários vinculados à exploração do carvão que iriam participar e influenciar decisivamente as disputas pelo poder” no período pós-1945, paralelamente a uma crescente organização dos trabalhadores mineiros articulados em torno do sindicato, do PTB e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A trajetória de Addo Faraco talvez ajude a entender como o quesito “procedência” pode ter facilitado a sua inserção e atuação mediante as polarizações da política local. Ao se fixar em uma cidade onde, como concorda o historiador Dorval do Nascimento, havia “uma tensão em torno da condição de ‘legítimo criciumense’” que perpassava um processo de identificação e territorialização com “elementos de caráter étnico”, a ascendência italiana de Addo pode ter facilitado simpatias para com os colonizadores e seus descendentes.² Por outro lado, Addo era um técnico “forasteiro” vindo do Rio de Janeiro, a exemplo de muitos dos grandes investidores e dos profissionais de classe média que estavam se estabelecendo em Criciúma naquele período. Soma-se a isso a habilidade para atuar no intrincado jogo político partidário que envolvia PSD, PTB e UDN, e a competência para pôr em prática as estratégias políticas mais comuns do período. O resultado é que Addo Faraco conseguia angariar consideráveis quantidades de votos também entre *outros* “forasteiros”, os trabalhadores mineiros das vilas operárias, o que lhe tornava “eleitoralmente imbatível”.³

Enquanto líder do PSD da região carbonífera, Addo mantinha estreita relação com os políticos e partidos aliados dos municípios vizinhos. Um deles era o representante comercial Alziro Correa, um dos dirigentes do PTB de Urussanga. Foi por ocasião destas viagens que Jacson Correa, primeiro filho de Alziro e da servidora pública Esther Bettiol Correa, relataria ter conhecido, ainda criança, o prefeito Addo Faraco, cujo itinerário de negociações políticas não raro incluía a passagem pela casa de seus pais. Este encontro marca o efêmero contato entre dois destacados representantes de gerações que vivenciariam distintas experiências de tempo na cidade de Criciúma. O

² NASCIMENTO, 2012, p. 60.

³ TRICHES; ZANELATTO, 2015, p. 65.



prefeito Addo Caldas Faraco um verdadeiro *progressista*, no sentido estrito de ter sido grande entusiasta de uma *ideologia do progresso* que, sobretudo no período pós-guerra, esteve intimamente atrelada às expectativas de um certo futuro que poderia ser construído através do desenvolvimento da indústria carbonífera, e que fundamentou uma representação de Criciúma como a *Capital do Carvão*. O futuro promotor de justiça Jacson Correa um grande *crítico*, no sentido de ter norteado suas ações desde os discursos de *crise ambiental* que, no aproximar do século XXI, proferiu sérias críticas ao setor carbonífero e acabou por fortalecer também uma ideia de que o passado – assim como o meio ambiente – deveria ser preservado, especialmente a memória da colonização que passou a fundamentar a *Cidade das Etnias*.

É a partir das trajetórias destes dois atores, sobretudo analisando suas práticas e discursos através da categoria *modernidade*, aqui admitida como portadora de uma experiência de tempo que por hipótese daria sinais de *crise* na contemporaneidade, que este estudo busca contribuir para com os debates mais gerais e globalizados sobre esta temática, mas refletindo sobre uma experiência bastante específica e localizada: a cidade de Criciúma. Como referencial teórico, adoto principalmente a tese de Reinhart Koselleck, para o qual a modernidade seria caracterizada por um tempo histórico peculiar, onde a noção de *progresso* fornece um otimismo em relação ao futuro, que pode e deve ser construído, e a *aceleração* conseqüentemente adquire o lugar de um conceito histórico, comprime o espaço de experiência e foge em direção a um horizonte de expectativa cada vez mais distante.⁴ Já para François Hartog, no último terço do século XX este crescente distanciamento entre passado e futuro teria chegado ao limite da ruptura, resultando na “experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico”. Em oposição à experiência de tempo *progressista* e *futurista* da modernidade, esta nova experiência *presentista* estaria marcada por uma expectativa simultaneamente fechada em um presente estagnado e aberta para a mobilidade e a aceleração em direção a um futuro no mínimo ameaçador, do qual o *ambientalismo* e a crescente valorização das categorias *memória* e *patrimônio* seriam sintomáticas.⁵

⁴ KOSELLECK, 2006.

⁵ HARTOG, 2014.



Addo Faraco e o poder de construir o futuro em 1946

No dia 29 de dezembro de 1946 o prefeito Addo Caldas Faraco inaugurava, no centro da principal praça da cidade de Criciúma, o *Monumento aos Homens do Carvão*. Mais do que parte dos festejos do 33º aniversário da indústria carbonífera local, o ato marcava principalmente o ano em que, pela primeira vez na história, Santa Catarina se tornava a maior produtora de carvão do país, superando o Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a cerimônia encerrava a programação do Congresso Eucarístico Regional, que naquela semana havia convertido as comemorações praticamente em uma grande missa da Igreja Católica.⁶

Conhecidas desde meados do século XIX, as jazidas de carvão mineral do sul de Santa Catarina haviam começado a ser exploradas em 1886, quando o segundo Visconde de Barbacena realizara com a participação de investidores ingleses os primeiros carregamentos da *The Tubarão Coal Mining Company Limited*. Contudo, enviadas ao mercado, a primeira venda do carvão catarinense acabou resultando em grande prejuízo, fazendo com que o negócio fosse imediatamente abandonado. Cenário desfavorável que só mudaria com a deflagração da Primeira Guerra Mundial e a consequente implementação das políticas de substituição das importações. Neste novo momento, além da retomada dos trabalhos de mineração nas cabeceiras do Rio Tubarão, as atividades carboníferas passaram a se concentrar principalmente nos entornos de Criciúma, no vale do Rio Araranguá.

Nos anos 1920, com o fim da guerra e o restabelecimento do comércio mundial, o setor carbonífero nacional foi impelido para a sua primeira crise. Posteriormente, com a mudança no modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir de 1930, dezenas de leis de proteção e incentivo ao carvão nacional criaram uma espécie de demanda artificial que fez aumentar significativamente a produção e o número de mineradoras na região. Mas foi somente com a irrupção da Segunda Guerra Mundial em 1939, com a intensificação das políticas protecionistas e com o início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, que a década de 1940 se configurou em “uma década de ouro para a indústria carbonífera catarinense”.⁷ De acordo com Nascimento,

⁶ NASCIMENTO, 2012, p. 33.

⁷ CAROLA, 2002, p. 17-18.



“somente com o segundo conflito mundial se iniciaram processos sociais e culturais que transformaram Criciúma em uma típica cidade carbonífera”.⁸ No entanto, conforme observa Carola, “passados o drama e a euforia da grande guerra, mais uma vez entraram em cena os discursos oficiais da crise no setor carbonífero”.⁹

Minha hipótese inicial é que o malogro do primeiro projeto de exploração industrial do carvão catarinense, ainda no final do século XIX, foi emblemático e fundante da experiência da modernidade que seria vivenciada em Criciúma. Devido à má qualidade e aos altos custos de produção que impossibilitavam sua concorrência com o carvão importado, somente com a interrupção das navegações transatlânticas durante as guerras foi possível constituir uma indústria carbonífera nacional. Entretanto, sobretudo no período pós-guerra, quando o carvão respondia pela principal atividade econômica da região ao mesmo tempo em que enfrentava a concorrência do carvão estrangeiro, sua sobrevivência dependia da elaboração de defesas cujas justificativas estiveram embasadas não necessariamente em questões econômicas, mas também em outros ideais, como os de “patriotismo” e “progresso”.

Segundo Carola, principalmente após 1945 “o discurso do progresso era usado para justificar a necessidade de ‘soberania nacional’, [...] e para exacerbar o desenvolvimento econômico da região produtora”.¹⁰ Nascimento, ao abordar esses “tempos em que o carvão mineral forjou a economia e a cultura da cidade e da região”, aponta o contraste das memórias que se referem ora à sua “modesta condição de cidadezinha”, ora ao “pomposo cognome de Capital ou Metrópole do Carvão”. Estes títulos, na sua visão, “remetem ao forjamento de representações sociais que vinculam, nesse período, Criciúma ao progresso e ao carvão”. Mesmo relativizando a dimensão do que teria sido de fato este processo de modernização, o historiador assinala o grande impacto sentido por aqueles que o vivenciaram, e acaba por concluir que “é essa memória do crescimento urbano e populacional referente à década de 1940 que se consolidará em um imaginário social que conjugou carvão e progresso”.¹¹

É neste contexto que atuará o prefeito Addo Faraco, por doze anos à frente da administração municipal de Criciúma, divididos entre os anos de 1945 e 1961. Foi

⁸ NASCIMENTO, 2012, p. 19.

⁹ CAROLA, 2004b, p. 27.

¹⁰ CAROLA, 2002, p. 30.

¹¹ NASCIMENTO, 2012, p. 19-22.



somente depois de 1946, ano em que ele inaugurou o *Monumento aos Homens do Carvão*, que “tornou-se uma prática, sobretudo nos discursos oficiais, enaltecer Criciúma como a ‘Capital Brasileira do Carvão’ e/ou a ‘Metrópole do Carvão’”.¹² No livro *A história do carvão de Santa Catarina*, ele é tido como “um grande batalhador pelas causas sociais e defensor da indústria carbonífera catarinense”.¹³ Em sua pequena biografia disponível em um site da internet, dentre os “principais destaques das três administrações de Addo Caldas Faraco [...], estão a sua cotidiana e árdua luta em favor do Carvão Nacional”.¹⁴

O *Monumento Aos Homens do Carvão* era composto por um grande pedestal, com cerca de oito metros de altura, que sustentava no alto a escultura de um mineiro em tamanho natural e tinha na base as efígies de destacados técnicos e grandes empresários do setor carbonífero. Para Nascimento, o imponente pedestal de granito simbolizava que ele “era de fato um monumento ao carvão mineral, verdadeira base a sustentar a homenagem que se fazia a mineiros e mineradores”, e que o aspecto maciço e tamanho desproporcional da base compunham elementos que apontavam “para determinados valores que o imaginário da mineração atribuía ao carvão”, quais sejam, “sua característica de sustentador do progresso” e a “solidez da indústria carbonífera, talvez mais uma solidez desejada que propriamente real”.¹⁵ Em suma, sua construção no pós-guerra pode ser interpretada como a materialização do ápice de uma modernidade movida a carvão que foi vivenciada em Criciúma, e da *ideologia do progresso* que ela trazia em seu bojo.

Com o gradual agravamento da crise carbonífera provocada sobretudo pela concorrência do “carvão alienígena” e pelo uso cada vez maior do petróleo, intensificaram-se também os movimentos em defesa do carvão nacional. Em meados de 1948, talvez como parte de uma “campanha a favor da indústria carbonífera” que buscava “mobilizar a sociedade através imprensa”,¹⁶ foi produzido um documentário institucional sobre o município, que segundo algumas informações teria sido intitulado pelo próprio Addo Faraco: “Criciúma, Capital do Carvão: a cidade do presente e do

¹² CAROLA, 2002, p.18.

¹³ BELOLLI; GUIDI; QUADROS, 2002, p. 282.

¹⁴ Disponível : <<http://www.familiafaraco.garopaba.nom.br/biografiadoaddo.htm>>. Acesso: 11 abr. 2016.

¹⁵ NASCIMENTO, 2012, p. 38.

¹⁶ BELOLLI; GUIDI; QUADROS, 2002, p. 211-2015.



futuro”.¹⁷ Assim, mesmo não havendo embasamento seguro para afirmar que o ex-prefeito fora mesmo o verdadeiro inventor do título “capital do carvão” e da expressão “cidade do presente e do futuro”, parece evidente que ambos emergiram e se popularizaram durante o período em que ele esteve no comando da prefeitura.

Addo ainda seria um dos idealizadores e participaria assiduamente das amplas rodadas de discussões que buscavam resolver o que se convencionou chamar de “o problema do carvão”, das quais participavam proprietários de mineradoras e membros de diversos ministérios e órgãos do Governo Federal, líderes dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, presidentes de estatais e outras autarquias consumidoras, além de representantes políticos das esferas municipal, estadual e nacional. Em uma de suas falas nesta *Batalha do Carvão*, como foi batizada, ocorrida entre maio e junho de 1949, o prefeito lançou mão de uma leitura do passado e fez projeções de futuro que posteriormente se tornariam uma maneira praticamente padronizada de contar a história do carvão e de Criciúma. Pelo menos no recorte temporal que vai até aquele momento, a cronologia consistia em apresentar as duas grandes crises que teriam sucedido as duas épocas de ouro das guerras mundiais. Em que pese as diferentes presenças que estas experiências puderam exercer sobre períodos posteriores, podemos afirmar que se Addo Faraco não foi o elaborador de tal leitura histórica, foi ao menos um dos seus principais divulgadores, cabendo a ele uma das versões de cunho mais progressista desta narrativa.

Para Addo, a Primeira Guerra Mundial havia sido um momento de ameaça que “fez periclitarem as conquistas da civilização”, cujo “papel decisivo” desempenhado pelo carvão criciumense inseria-o no projeto global de civilização que ele ajudara a defender. Em nível local, o conflito promovera algo visto como positivo: o surgimento das cidades, das indústrias. Porém, interrompido o “laivo de esperança” que tinha feito a região “florescer”, as cidades teriam voltado ao estado “mirrado” em que “o desaparecimento da extração carbonífera as reduziu”. Mas “a história se repete”, seguia Addo sua narrativa de progresso, e com a Segunda Guerra Mundial, assim como os “músculos vigorosos” dos mineiros se enchiam de sangue para o trabalho, a “grande esperança” também estava “pletórica de carvão”. A ameaça global novamente correspondia à retomada do progresso local. “Mas como não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe”, dizia o prefeito, no pós-guerra a manutenção destes

¹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 1986, p. 15.



valores mais uma vez ameaçava o progresso das mesmas regiões carvoeiras que os tinham ajudado a assegurar.¹⁸ De acordo com Carola, nestas manifestações como as de Addo, “o discurso do progresso é usado para [...] exacerbar o desenvolvimento econômico da região produtora”; ao passo que “o discurso da crise é acionado principalmente para acusar [...] a inexistência de uma política nacional estável”.¹⁹

A partir de 1951 Addo Faraco também se tornaria colaborador da *Folha do Povo*, editada semanalmente em Criciúma. Apresentado frequentemente como “observador” do jornal, o ex-prefeito inicialmente assina algumas matérias com notícias políticas e depois passa a manter um espaço próprio intitulado *Minha Coluna*, através do qual também emite textos de opinião. Como ele mesmo dissera, seus textos faziam parte de uma “campanha” em favor da indústria carbonífera, “da qual depende o nosso presente e o futuro de nossos filhos, dos nossos municípios e de suas populações”.²⁰ Quando correram boatos sobre a possível visita de Getúlio Vargas, Addo sugeriu que uma efígie do Presidente fosse colocada no *Monumento aos Homens do Carvão*, com os dizeres de que “a esperança de melhores dias para a indústria do carvão sempre viveu no coração do povo sul catarinense!”.²¹ Em outro artigo intitulado “Nosso progresso”, voltou “a reafirmar a assertiva” de que Criciúma realmente era “a cidade do presente e do futuro”, quando defendeu “a efetivação dos seguintes melhoramentos” que em sua opinião ainda faltavam ao “vertiginoso progresso da nossa Capital do Carvão”, e poderiam colocá-la “na vanguarda do progresso Sul Catarinense”: a construção de um campo de aviação e de um mercado público, a instalação de um confortável hotel e de um cinema, e a colocação de um relógio numa das torres da Igreja Matriz.²²

Poucos meses depois, a *Folha do Povo* anunciaria o “maior edifício construído até agora nesta pacata cidade de Criciúma”, que abrigaria um “moderníssimo cinema” com 1.100 poltronas. O jornal parabenizava a iniciativa do proprietário, que “somente pode merecer elogios por parte de imprensa local que deseja o progresso desta terra”.²³ No ano seguinte, “fazendo uma apreciação sobre o progresso do nosso município”, a

¹⁸ SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA..., 1950, p. 60-62.

¹⁹ CAROLA, 2004b, p. 27-32.

²⁰ FARACO, Addo Caldas. Minha Coluna: Problema do Carvão. **Folha do Povo**, Criciúma, 17 set. 1951.

²¹ FARACO, Addo Caldas. Minha Coluna: Café Filho disse que fará ver ao Presidente Getúlio Vargas a necessidade da sua visita a esta zona carbonífera. **Folha do Povo**, Criciúma, 23 jul. 1951.

²² FARACO, Addo Caldas. Minha Coluna: Nosso progresso. **Folha do Povo**, Criciúma, 11 jun. 1951.

²³ Dentro em breve será construído moderníssimo cinema em Criciúma. **Folha do Povo**, Criciúma, 22 out. 1951.



Câmara de Vereadores aprovaria a compra de um terreno para a instalação de um Mercado Municipal.²⁴ Muito mais do que uma opinião individual, o mais importante é que temos aí o posicionamento de uma época, de uma geração, ou pelo menos de um grupo que, especialmente naquele momento de crise, levava a um nível bastante elevado a associação da indústria carbonífera com os ideais de progresso. Posicionamento este que denota, por sua vez, uma experiência de tempo característica da modernidade, qual seja a de um futuro-presente. Um futuro que se acreditava melhor desde que construídas e asseguradas uma série de “coisas” bastante amplas e em princípio desconexas, mas que possuíam em comum o fato de serem valorizadas enquanto “modernas” e, neste caso, ser essencialmente carvoeiras.

Addo Faraco reassumiria a Prefeitura Municipal em 1955 e ajudaria a eleger seu sucessor em 1960. Mas cinco anos mais tarde, com os partidos políticos divididos e enfraquecidos pelo Golpe Civil-Militar, seria derrotado pelo candidato da UDN por uma diferença de apenas 76 votos, cuja apuração a maioria dos envolvidos denunciaria ter sido fraudada. Na eleição de 1969, já sob a égide do bipartidarismo, caberia a Addo somente uma modesta vice-candidatura dentro de uma terceira sublegenda da congestionada ARENA. Mesmo assim, o ex-prefeito teria seu nome impugnado pelos militares. Em 1971, com um programa de governo que pretendia livrar Criciúma “da crônica dependência do carvão e das crises cíclicas”,²⁵ um novo prefeito destruiria o imponente pedestal que simbolizava o progresso do *Monumento aos Homens do Carvão* que Addo construíra em 1946. Somente a estátua do mineiro sobreviveria, deslocada do centro alto para o rente do chão em um dos cantos da mesma praça.

Jacson Correa e o dever de preservar o passado em 1996

Como forma de protesto, no dia 19 de novembro de 1996 um pequeno grupo se encaminhou até o *Monumento aos Homens do Carvão* para, sem dificuldades, colocar um cacho de bananas no pescoço da estátua que as representava, a estas alturas ao fácil alcance de quem quisesse lhe tocar. Nove delas tinham acabado de sair da prisão, onde haviam ficado por uma semana.

²⁴ Câmara trata de assuntos relevantes. **Folha do Povo**, Criciúma, 09 jun. 1952.

²⁵ TRICHES; ZANELATTO, 2015.



Depois da aprovação do Plano do Carvão Nacional pelo Governo Vargas em 1953 a situação do setor carbonífero nacional havia se estabilizado. As mineradoras se concentraram em torno de dois grandes blocos econômicos: um formado por quatro grupos privados e outro composto pelas estatais reunidas em torno da Carbonífera Próspera.²⁶ Fundada em 1917 por um grupo de proprietários locais, a Próspera passou por várias trocas de comando até ser adquirida pela CSN logo após a aprovação do Plano do Carvão Nacional, passando a integrar todo um complexo de produção e beneficiamento de carvão que o governo federal possuía na região.

A extinção do Plano do Carvão Nacional em 1970, assim como o consumo cada vez maior de combustíveis líquidos, deveria anunciar uma nova fase de retração para o setor carbonífero, mas as Crises do Petróleo de 1973 e 1979 motivaram um novo surto de crescimento. Num processo semelhante àqueles ocorridos durante as duas guerras mundiais, a produção catarinense aumentou substancialmente, influenciada pelos estímulos e subsídios do governo. De acordo com Rabelo, em meados da década de 1980 a Carbonífera Próspera “representava 20% de todo o carvão pré-lavado produzido em Santa Catarina e possuía a maior reserva mineral [...], fornecendo 2.600 empregos diretos”.²⁷ Segundo Carola, em 1985 “se atinge a maior produção de toda a história da indústria carbonífera catarinense”, quando “havia cerca de 15 mil trabalhadores nas minas, e a produção de carvão bruto atingiu mais de 19 milhões de toneladas”.²⁸

No entanto, assim como no passado, a retirada do protecionismo governamental marcou novamente o início de “uma fase de decadência” para a indústria carbonífera nacional. Conforme Carola, “a partir de 1985 começa o processo de redução dos subsídios e abrem-se as portas para o carvão importado”.²⁹ No início de 1988 uma greve de 40 dias deflagrada na Carbonífera Próspera acabou com um violento conflito envolvendo mineiros e policiais. Depois deste episódio, foi dado início a um processo de dissolução da Próspera, acompanhado por greves e demissões. A desativação foi oficializada em maio de 1990, após a chegada de Fernando Collor de Mello à presidência do país e a adoção de um governo de orientação neoliberal que priorizava as privatizações. Mais de 1500 mineiros receberam aviso prévio de demissão, deflagrando

²⁶ CAROLA, 2002, p. 21.

²⁷ RABELO, 2004, p. 294.

²⁸ CAROLA, 2002, p. 23.

²⁹ Ibidem.



no dia seguinte aquele que seria citado como “o mais longo movimento operário da história do Brasil”.³⁰

A estratégia adotada foi ocupar o pátio do escritório central da empresa, com a intenção era elaborar um projeto de administração da estatal pelos próprios trabalhadores. Mas as negociações não avançavam e os protestos acabaram se estendendo também a Florianópolis e Brasília. Quando a licença remunerada dos trabalhadores foi suspensa, uma greve geral paralizou todos os mineiros da região por um dia. Ao mesmo tempo, os trabalhadores ocupavam as minas para denunciar o sucateamento dos equipamentos e iniciar os processos de recuperação, tornando iminentes os confrontos com a polícia. Mais de um ano depois do início do processo de privatização, o novo proprietário da Próspera assumiu de fato o comando da carbonífera. Um acordo previa a reativação imediata dos trabalhos e a contratação gradual de 80% dos trabalhadores demitidos, os quais não foram cumpridos e os mineiros voltaram a ocupar o pátio da empresa, ameaçando que a cada dia que passasse seria executada uma ação: queima de equipamentos, destruição do escritório e explosão das minas. Depois de quatro caminhões incendiados e o anúncio de novas explosões, uma nova negociação com o intermédio do governador do estado terminou com a contratação de 200 mineiros e a desocupação das minas.

Quando apresenta os anos 1980 como o período de auge da produção de carvão, mas ao mesmo tempo marcado pelo início da principal fase de decadência da indústria carbonífera, Carola cita também, entre as dificuldades do setor, o Decreto 85.206 de 25 de setembro de 1980, que inclui a região sul de Santa Catarina entre as 14 áreas críticas de poluição industrial dentro do território nacional. De acordo com o historiador, a partir daí, além da ausência dos subsídios e da concorrência de outras matrizes energéticas, a indústria carbonífera precisou ainda “resistir à consciência ecológica da população e à atuação das organizações ambientalistas”.³¹ Durante cinco anos a Nova Próspera seguiu extraindo carvão das antigas jazidas da CSN sem grandes problemas, mas quando precisou abrir uma nova frente de mineração, teve que enfrentar a resistência de um movimento ambientalista bem organizado, formado por agricultores legalmente protegidos em uma Área de Preservação Ambiental. O tempo era outro.

³⁰ RABELO, 2004, pp. 293 e 297-300.

³¹ CAROLA, 2002, p. 23.



A mãe de Jacson Correa era servidora pública e fora transferida para Criciúma, onde passara a morar com a família desde 1965. Jacson tinha então apenas sete anos de idade, e da sua infância na *Capital do Carvão*, revelaria se lembrar “do cheiro de ovo podre”, referindo-se ao enxofre liberado pela pirita (sulfeto de ferro), “da pirita sendo usada para aterro”, “da pirita sendo usada para tapar buraco de rua”, e de “uma falta d’água tão grande”, que em certo momento seu pai recorrera à perfuração de um poço artesiano, mas “a água era salobra porque o lençol freático já estava contaminado”. Em 1970 a família de Jacson mais uma vez mudou para Florianópolis. Em 1982 ele se formou em Direito e logo em seguida prestou concurso para o Ministério Público. Depois de trabalhar como Promotor em algumas cidades de Santa Catarina, Jacson foi convidado a assumir a Promotoria da Coletividade que estava sendo instalada na Vara Cível da Comarca de Criciúma, concentrando a partir daí sua atuação na defesa do meio ambiente e do consumidor.³²

Quando começou a trabalhar, Jacson alega ter pensado consigo: “quais as grandes questões de Criciúma neste momento que eu posso atuar dentro desta área, de consumidor e meio ambiente?”. Contudo, segundo relata, “as coisas foram acontecendo sem precisar provocar”, na medida em que ele é que “foi sendo provocado”. Um dos primeiros casos citados é o da CBCA, mineradora que havia falido no final dos anos 1980, dando origem a um longo movimento operário semelhante àquele que viria a ocorrer posteriormente com a Próspera. Neste aspecto, Jacson demonstra satisfação em ter auxiliado nos acordos que resultaram em “uma espécie de tratado conciliatório entre as partes”, onde uma cooperativa de mineiros assumiu o comando da empresa, evitando demissões e, “mais do que isso, evitando que ocorresse um desastre ambiental inimaginável” com a inundação das minas.³³

Outro problema ligado à indústria carbonífera veio do município de Siderópolis, onde desde 1985 um grupo de agricultores vinha resistindo à reabertura de uma antiga mina. Este movimento resultara na aprovação da uma lei que em junho de 1995 criou a Área de Proteção Ambiental das nascentes do Rio Sangão, Sanfana, e outros. O texto foi elaborado “visando a proteção e preservação dos mananciais de água, da flora e da paisagem do lugar”, e em seu artigo 2º “proibia de forma expressa a exploração mineral

³² Jacson Corrêa, entrevista concedida em 05 de outubro de 2016.

³³ Jacson Corrêa, entrevista concedida em 05 de outubro de 2016.



sob qualquer título dentro dos limites legalmente protegidos”. Em sua Dissertação de Mestrado defendida em 2001, Jacson afirma que “tal diploma inaugurou um importantíssimo precedente legislativo na região”.³⁴

No município de Criciúma já havia iniciativas nesse sentido, como o tombamento de uma área de mata nativa de 67 mil metros quadrados no Bairro Mina União, em agosto de 1991. Segundo Campos, por iniciativa de um grupo de agricultores “preocupados com o avanço da mineração de carvão realizada pela CSN”, um ano antes a Câmara de Vereadores também tinha aprovado uma lei que declarava a Área de Proteção Ambiental dos Morros Estevão e Albino. De acordo com Jacson Corrêa, depois destas primeiras ações, “as pessoas começaram saber a quem procurar e aonde procurar”, criando “uma relação de confiança com o Ministério Público”.³⁵ Foi o que fizeram os moradores do Morro Estevão e do Morro Albino em maio de 1995, ao perceberem a presença das primeiras sondas de perfuração na região da APA. O território adjacente à localidade há algum tempo era minerado pela Próspera, mas o suposto esgotamento destas jazidas estaria motivando a abertura de uma nova frente de exploração na região protegida.³⁶

Jacson então se comprometeu em “ser o instrumento de ligação entre o pleito dos moradores e o Poder Judiciário”.³⁷ Posteriormente, um relatório entregue no Centro das Promotorias da Coletividade possuía mais de cinco mil documentos, entre fotografias, cadastros das propriedades, das nascentes d’água, das áreas de mata nativa e pareceres assinados por renomados técnicos ligados a várias instituições.³⁸ Ao mencionar o tal relatório, Campos também chama atenção para o fato do mesmo ser “muito bem elaborado”, composto por um histórico que “busca em famílias tradicionais seus feitos”:

A colonização efetiva do Morro Estevão iniciou-se nos idos de 1890, quando as famílias Zanette, Lutemberg, Bortuluzzi, De Luca, Dagostim, Dal Toé, Bortogollo, Dal Pont, Tognon entre outras, lá fincaram suas bandeiras da colonização, iniciando um processo, já naquela época, de preservação ambiental, pois ainda hoje, nota-se matas nativas que cobrem grande parte do referido local. Nestas condições dedicavam-se exclusivamente à agricultura, ao manuseio de gado leiteiro e criação de suínos [...]. A comunidade do

³⁴ CORRÊA, 2001, p. 80.

³⁵ Jacson Corrêa, entrevista concedida em 05 de outubro de 2016.

³⁶ CORRÊA, 2001, p. 106.

³⁷ Jacson Corrêa, entrevista concedida em 05 de outubro de 2016.

³⁸ Jacson Corrêa, entrevista concedida em 05 de outubro de 2016.



Morro Estevão questiona: para atender interesses econômicos de uma empresa é válido agredir o ambiente em equilíbrio em prejuízo de mais de cinco mil pessoas que dependem direta ou indiretamente da riqueza do solo, da água em abundância e da boa convivência com a natureza???

A campanha logo encontrou “ressonância em vários segmentos: entre empresários, entre políticos, entre movimentos sociais, igrejas”. Em 23 de novembro de 1995 a Câmara de Vereadores aprovou outra lei que ampliou os limites da APA para mais que o dobro e proibiu expressamente “a extração mineral, sob qualquer título ou propósito”.⁴⁰ Em dezembro o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado pelo promotor Jacson Correa, entrou com a Ação Civil Pública contra a Próspera, da qual Campos destaca o seguinte fragmento:

Os operários das minas, antes atraídos pela esperança de uma vida mais digna, também foram lenta e gradativamente sendo corroídos pelas doenças adquiridas em razão das condições hostis de trabalho, transformando-se ao longo do tempo em uma legião de inválidos. A situação agravou-se a tal ponto que em sua fase áurea, a poluição atmosférica decorrente da exploração das jazidas de carvão respondeu por cerca de 70% das internações hospitalares, isto somente aqui, que em tais tempos ostentou com orgulho o título de Capital Nacional do Carvão.⁴¹

A estas alturas, uma historiadora e professora universitária, frequentemente envolvida com os movimentos sociais da cidade, confessaria já não saber mais como se posicionar, se ao lado do movimento operário mineiro ou favorável à causa ambientalista dos agricultores. Diante da indecisão, ela teria avaliado que só “uma coisa era certa: a cidade estava mudando”. Uma liminar foi favorável aos colonos, mas em janeiro de 1996 a Próspera conseguiu efeito suspensivo. Em abril, mais de cem tratores e outras máquinas agrícolas invadiram a região central cidade e se posicionaram em frente ao Fórum Municipal. Em junho, o resultado final da Ação Civil julgou o município competente para agir em relação ao meio ambiente, portanto mantendo a proibição da mineração na APA do Morro Albino e do Morro Estevão.

Para Campos, “em outra dimensão causava surpresa a fragilidade organizacional dos mineiros”. O prazo para recurso se esgotou e a Próspera anunciou a demissão dos seus 480 funcionários. Foi então que o Sindicato dos Mineiros interveio e iniciou um contra movimento pela derrubada da lei. Os mineiros mantinham equipes de manutenção trabalhando nas minas para que as mesmas não fossem inundadas. A partir

³⁹ CAMPOS, 2003, p. 139-140.

⁴⁰ CORRÊA, 2001, p. 106.

⁴¹ CAMPOS, 2003, p. 141-142.



de então as sessões na Câmara de Vereadores, onde tramitava uma proposta de redução da APA de 3.600 para 1.500 hectares, foram “sempre muito tensas, marcadas pela pressão psicológica e ameaças físicas”. Dado o acirramento dos ânimos, decidiu-se que, por motivos de segurança, a sessão de votação seria realizada no Fórum Municipal. No dia 12 de novembro de 1996, “desde muito cedo faixas e máquinas dividiam espaço com muitas pessoas”. Um vereador favorável à manutenção da lei foi hostilizado ao entrar no local. Megafones anunciavam: “se mineiro perder, pau vai comer”.⁴² Centenas de operários impediam o trânsito em frente ao Fórum, “com o estacionamento de 11 caminhões retirados do pátio abandonado da empresa Nova Próspera”.⁴³

Segundo leitura de Campos, “os momentos de luta do movimento dos mineiros haviam voltado, mas não era o mesmo, [...] o futuro estava aberto”. E foi por meio de votos abertos que “a ex-capital do carvão assistiu ativamente à vitória dos agricultores”. O líder do movimento ambientalista concedeu entrevista à imprensa afirmando que “nesta batalha, não houve vitoriosos nem derrotados, todos ganhamos com a manutenção da lei, evitando que a área de preservação ambiental fosse minerada”. Para ele, era “o futuro de Criciúma que estava em jogo, e os 12 vereadores que votaram pela preservação, certamente serão lembrados com orgulho pelas gerações emergentes”. Até mesmo um dos ex-mineiros da Próspera anos depois reconheceria que “para Criciúma foi positiva a preservação dos mananciais e do verde”. Contudo, no dia da votação, houve “pedras, gritarias, depredação, espancamentos, perseguições, prisões”. O Fórum foi depredado pelos mineiros e “Criciúma ganhava a manchete de quase todos os maiores jornais do estado, bem como rádio e televisão local, estadual e nacional”, pois “todos queriam entender o que havia acontecido”. Nove haviam sido presos.⁴⁴

A fiança foi paga e os detentos liberados sete dias depois. Acompanhados por simpatizantes, correligionários, amigos e familiares, fizeram um “desfile” até uma das extremidades da praça central, quando, em forma de protesto, alçaram um cacho de bananas no pescoço da estátua do mineiro que os representava. Campos arremata que “não coube ao presente realizar a promessa de um passado carvoeiro”, e Criciúma, “a cidade que tinha na exploração carbonífera uma referência, um modo de se construir,

⁴² CAMPOS, 2003, p. 145-146.

⁴³ CORREA, 2001, p. 84.

⁴⁴ CAMPOS, 2003, p. 146-147.



escolhia outros caminhos”.⁴⁵ Na noite da votação Jacson Correa não estava no Fórum, mas no dia seguinte ficou sabendo sobre “as vidraças destruídas, as pedras espalhadas pelo pátio e no interior do Fórum, e as manchas de sangue sobre o piso do prédio”. Também no Sindicato dos Mineiros, invadido pela polícia que perseguia os líderes do movimento, tinha “sinais de violência, com pedaços de pedra, tijolos, portas de armários quebradas e manchas de sangue”.⁴⁶

O contrato firmado entre a Nova Próspera e o governo federal previa cinco anos de carência, antes que as primeiras parcelas da privatização fossem pagas. Durante esse tempo a carbonífera explorou carvão regularmente, mas o prazo de início do pagamento coincidiu com o movimento ambientalista que impediu a abertura da nova frente de mineração. Segundo Rabelo, diante da decisão “a empresa fecha suas minas e demite os trabalhadores”, como resultado, “os equipamentos são abandonados nos subsolos das minas, que posteriormente são alagadas, e a quase centenária Companhia Próspera é definitivamente desativada”.⁴⁷ O Estado já não oferecia qualquer tipo de proteção à indústria carbonífera, ao passo que movimentos ambientalistas cada vez mais organizados impunham grande resistência à instalação de novas minas. O futuro, presente na forma de promessa nos tempos da *Capital do Carvão*, agora estava ocupado pelas ameaças do esgotamento dos recursos naturais e da degradação do meio ambiente. Simultaneamente, o *progresso* enquanto ideia-força, cedia lugar a um *dever de memória*. A *Cidade das Etnias* se apresentava, representava, identificava prioritariamente pelas suas origens, pela presença de um determinado passado. No aproximar do século XXI, a *modernidade*, pelo menos como experiência progressista do tempo, dava sinais de crise naquele presente que parecia relutante em ingressar no futuro e demonstrava grande apego ao passado que lhe envolvia. A seu modo, o promotor Jacson Correa contribuía para tal.

REFERÊNCIAS

BELOLLI, Mário; GUIDI, Ayser; QUADROS, Joice. **A história do carvão de Santa Catarina**. v. 1. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

⁴⁵ CAMPOS, 2003, p. 133-134.

⁴⁶ CORREA, 2001, p. 84-85.

⁴⁷ RABELO, 2004, p. 312.



_____. **A história do carvão de Santa Catarina.** v. 2. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2010.

CAMPOS, Emerson Cesar de. **Territórios deslizantes:** Recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). 2003 (Tese de Doutorado) UFSC, Florianópolis.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história:** as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: UFSC, 2002.

_____. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004b.

_____. Progresso, tecnologia e insensibilidade socioambiental: a extração do carvão na primeira metade do século XX (1880-1950). In: , Carlos Renato (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina:** impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros na grande Orleans.** Florianópolis: Ed. do autor, 1986.

GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da urbe:** processo identitário e transformações urbanas em Criciúma – SC (1945-1980). São Luís; Criciúma: Café & Lápis; Ediunesc, 2012.

RABELO, Giani. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.